



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete do Deputado Federal ASSIS DO COUTO (PT/PR)

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**REQUERIMENTO Nº                      , DE 2015**

(Do Sr. Assis do Couto)

Requer que a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável apresente Requerimento de Informação endereçado ao Ministro de Estado das Relações Exteriores e à Ministra de Estado do Meio Ambiente.

**Senhor Presidente,**

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, após deliberação desta Comissão, seja apresentado o Requerimento de Informação em anexo, endereçado ao Ministro de Estado das Relações Exteriores e à Ministra de Estado do Meio Ambiente, a respeito dos documentos e ações adotadas em atenção à Decisão 38 COM 7B.82, do Comitê do Patrimônio Mundial do Unesco.

Sala da Comissão, 15 de outubro de 2015.

**Dep. Assis do Couto**

**PT/PR**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete do Deputado Federal ASSIS DO COUTO (PT/PR)

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2015**

(Da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)

Solicita informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores e à Ministra de Estado do Meio Ambiente a respeito da forma de realização e do teor do relatório da missão promovida no Parque Nacional do Iguaçu (PNI) nos dias 8 a 12 de março de 2015, bem como quanto ao documento solicitado pela Unesco ao Brasil com informações sobre o PNI - Decision 38 COM 7B.82, do Comitê do Patrimônio Mundial do Unesco.

**Senhor Presidente,**

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Relações Exteriores e à Ministra de Estado do Meio Ambiente as seguintes informações, todas relativas à responsabilidade das Pastas no processo de cumprimento da Decisão 38 COM 7B.82, do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco:

- a) O Estado Brasileiro atendeu à parte final da *Decision 38COM 7B.82*, da Unesco, que solicitou o envio, até 1º de fevereiro de 2015, de relatório de progresso referente ao Parque Nacional do Iguaçu?
- b) Em caso positivo, quais foram as informações registradas em relação ao Projeto de Lei n. 7.123, de 2010, que cria a Estrada-Parque Caminho do Colono?
- c) Desde a edição da decisão, houve avanço na cooperação transfronteiriça entre o Parque Nacional do Iguaçu e o Parque Nacional Iguaçu? Em caso positivo, quais foram as medidas adotadas?
- d) Com base na mesma decisão, que solicitou ao Brasil a promoção de uma missão de monitoramento do Parque Nacional do Iguaçu, medida efetivada entre os dias 8 e 12 de março de 2015, da qual publicou-se relatório oficial, em inglês, no sítio da Unesco, questiona-se:
  - d.1) Considerando que o ato tratou, entre outros pontos, sobre proposição legislativa aprovada na Câmara dos Deputados (PL 7.123, de 2010), hoje em tramitação no Senado Federal (Casa Revisora), algum membro do Poder Legislativo federal foi convidado a participar dos atos



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal ASSIS DO COUTO (PT/PR)

relacionados à missão?

d.2) Quais são as referências científicas (estudos, livros, documentos) que fundamentam a assertiva "A informação sobre a época na qual a estrada foi aberta varia, mas isso ocorreu provavelmente no início dos anos 50"<sup>1</sup>, contida no relatório da Missão?

d.3) Quando é afirmado que "A Estrada do Colono é um trajeto de 17,6 km que previamente atravessava o Parque Nacional do Iguaçu e ligava as cidades de Serranópolis do Iguaçu e Capanema"<sup>2</sup>, por qual razão os impactos socioculturais relacionados às regiões Oeste e Sudoeste não foram levados em consideração? Foi realizada pesquisa de campo ou bibliográfica sobre as características das regiões mencionadas?

d.4) Quando buscou informações a respeito da tramitação do processo judicial relacionado à Estrada do Colono, a equipe da missão tomou conhecimento a respeito da tentativa de conciliação promovida nos autos no ano de 2010, no Tribunal Regional Federal da 4ª Região?

d.5) Ao registrar, no relatório, que "O Ministério do Meio Ambiente também manifestou-se contra o projeto de lei"<sup>3</sup>, qual foi o documento oficial utilizado para dar sustentação à afirmação?

d.6) A equipe da missão visitou, por terra, todo o leito da antiga Estrada do Colono?

d.7) Considerando o trecho "A reabertura da estrada certamente representará uma extrema ameaça à integridade e biodiversidade do parque. Como documentado em várias decisões do Comitê e outros documentos oficiais, as reaberturas anteriores da estrada foram associadas com significantes danos à vegetação e como obstáculo ao movimento da vida selvagem"<sup>4</sup>, pergunta-se:

d.7.1) Quais são os estudos, considerando o conjunto de condicionantes impostas no Projeto de Lei n. 7.123, de 2010, que concluem pela ocorrência de danos à integridade e biodiversidade do Parque Nacional do Iguaçu?

d.7.2) O relatório da missão fez suas considerações quanto à proposta de criação da Estrada-Parque Caminho do Colono levando em consideração as características e forma de funcionamento da antiga Estrada do Colono (horário de funcionamento, limite de

---

<sup>1</sup> Em tradução livre - original: "The information about the time when the road was initially built varies, but it was probably in early fifties and in 1954" (p. 16).

<sup>2</sup> Em tradução livre - original: "The Colono Road, or Estado do Colono or Settler's Road, is a 17,6 km long road that previously crossed the Iguaçu National Park and linked the towns of Serranópolis do Iguaçu and Capanema" (p. 16).

<sup>3</sup> Em tradução livre - original: "The Ministry of Environment has also expressed its opposition to the Bill" (p. 17).

<sup>4</sup> Em tradução livre - original: "The reopening of the road would certainly represent a very high threat to the integrity and biodiversity values of the park. As documented in a number of Committee Decisions and other official documents, the previous reopening of the road was associated with significant damages to the vegetation and with hindrance to wildlife movement" (p.18).



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal ASSIS DO COUTO (PT/PR)

velocidade, ausência de controles, etc)?

d.8) Ao registrar que "Além disso, a reabertura da estrada aumentaria potencialmente outras ameaças à propriedade, particularmente a disseminação de espécies invasoras, caça ilegal e outras atividades ilegais da região de fronteira, como tráfico de drogas e contrabando"<sup>5</sup>, o relatório considerou as disposições previstas no Projeto de Lei n. 7.123, de 2010, que determinam, como requisito à instalação da Estrada-Parque Caminho do Colono, a "implantação de guaritas para controle de acesso de veículos e pessoas" e o "controle do horário de acesso, do número e das características dos veículos"?

d.9) Concernente à afirmação de que "foi compreendido pela missão, baseado em comentários ouvidos durante a visita, que a reabertura da estrada do colono tem sido repetidamente utilizada como uma questão política que atrai atenção das pessoas locais"<sup>6</sup>, questiona-se:

d.9.1) Referidos comentários foram proferidos por quem?

d.9.1) A que eles se referem?

d.10) O estudo de autoria de Ortiz, utilizado para afirmar que "[...] um estudo concluiu que a reabertura da estrada não pode ser justificada por uma perspectiva econômica (Ortiz, 2010)"<sup>7</sup>, foi elaborado com base no que dispõe o Projeto de Lei n. 7123, de 2010, ou com base nas características e forma de funcionamento da antiga Estrada do Colono?

d.11) Durante a realização da missão foram ouvidos representantes da comunidade lindeira ao Parque Nacional do Iguaçu?

e) Qual é o posicionamento do Estado Brasileiro em relação ao fato de o Parque Nacional Iguazu possuir estradas em seu interior, fato que, em nenhum momento, ameaçou o título de Patrimônio Natural Mundial da Humanidade que possui?

### JUSTIFICAÇÃO

O Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, em sua 38ª Sessão, realizada em Doha entre nos dias 15 a 25 de junho de 2014, registrou na Decisão 38 COM 7B.82, entre outras considerações, o seguinte:

---

<sup>4</sup> Em tradução livre - original: "Moreover, reopening of the road would greatly increase other threats to the property, particularly spread of invasive species, illegal hunting and potentially other illegal activities in this border region, such as smuggling and drug trafficking" (p. 18).

<sup>6</sup> Em tradução livre - original: "It is understood by the mission, based on the comments heard during the visit, that reopening of the Colono Road has been repeatedly used as a political issue that attracts attention of local people" (p. 18).

<sup>7</sup> Em tradução livre - original: "[...] one study concluded that the reopening of the road cannot be justified from an economic perspective (Ortiz, 2010)" (p. 18).



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete do Deputado Federal ASSIS DO COUTO (PT/PR)

“O Comitê do Patrimônio Mundial, [...]”

10. Solicita ainda que o Estado Parte do Brasil convide uma missão de monitoramento reativo da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN, em inglês) com vistas a visitar a propriedade e avaliar o estado e potencial impacto da barragem de Baixo Iguaçu e o estado geral de conservação da propriedade, incluindo a área previamente afetada pela “Estrada do Colono”.

11. Solicita ainda ao Estado Parte que apresente ao Centro do Patrimônio Mundial, até 1º de fevereiro de 2015, um relatório de progresso sobre a implementação do acima mencionado e, em consulta com o Estado Parte da Argentina, até 1º de dezembro de 2015, um relatório atualizado, incluindo um sumário executivo de uma página, sobre o estado de conservação da propriedade para exame do Comitê do Patrimônio Mundial, na sua 40ª sessão em 2016”.

Em atendimento ao contido no item 10, foi realizada entre os dias 8 e 12 de março de 2015, com a participação do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério do Meio Ambiente, a missão de monitoramento no Parque Nacional do Iguaçu, com ponderações registradas em relatório publicado no sítio da Unesco, ato e documento que justificam a apresentação dos presentes questionamentos.

O mesmo em relação ao relatório solicitado ao Brasil (item 11, parte inicial), do qual não se tem qualquer informação divulgada publicamente.

Sala das Sessões,                      de outubro de 2015.

**Dep. Átila Lira (PSB/PI)**

**Presidente**